

Uma estratégia de prolongamento da escolarização de populações urbanas: o ensino primário superior em Portugal, 1919-1926

(A Strategy for Extending Schooling amongst Urban Populations: Upper Primary Education, 1919–1926)

Carlos MANIQUE DA SILVA

UIDEF, Instituto de Educação

Universidade de Lisboa

RESUMO: O artigo é motivado por uma série de interrogações, visando fazer alguma luz sobre o papel desempenhado pelas escolas primárias superiores durante o período em que funcionaram (1919 a 1926). Começarei, no entanto, pelo fim da experiência. Ou seja, pelo momento em que, anunciado o abandono desse setor de ensino, algumas personalidades da elite letrada se manifestam no sentido da permanência do mesmo; clamam, sobretudo, por uma aposta nas secções técnicas. Posteriormente, alicerçado num conjunto de materiais empíricos, vou procurar dar contexto às opiniões veiculadas no ocaso do ensino primário superior. Dedicarei especial atenção à definição da rede escolar desse setor de ensino (1920). Por exemplo, considerando as secções técnicas, a mencionada rede teve em conta as realidades locais? Na última secção do artigo intento compreender até que ponto o ensino primário superior aproximou as formações escolar e profissional.

PALAVRAS-CHAVE: ensino primário superior; rede escolar; I República Portuguesa; escolarização prolongada

ABSTRACT: This article is motivated by a series of questions, aiming to shed some light on the role played by the upper primary schools during the period in which they operated (1919 to 1926). I will begin at the end of the experience. Besides the abandonment of this sector (1926), some members of the educated elite spoke out in favour of its continuation, calling for a focus on the technical sections. I will seek to provide some context for those opinions, dedicating a special attention to the definition of a school network for this level of education (1920). For instance, in considering the technical sections, did the previously mentioned network take local realities into account? Finally, I aim to understand to what extent upper primary education brought school-based and vocational training closer together.

KEYWORDS: upper primary education; school network; First Portuguese Republic; extended schooling

Introdução

Em 2012, num estudo monográfico sobre a experiência do ensino primário superior em Sintra, registei ter esse setor de ensino permanecido, até à referida data e de modo inexplicável, como uma

zona de desconhecimento.¹ Efetivamente, para além de o tema não ter sido privilegiado pela historiografia, continuava então a ser seminal a investigação de Salvado Sampaio.² Passados 13 anos, o panorama não se afigura muito diferente. Com efeito, a mencionada obra de Salvado Sampaio (hoje com mais de meio século) continua a ser de consulta obrigatória, assim como são muito escassos (e a merecer referência) os estudos que elegeram como objeto o ensino primário superior.³

Não obstante ter sido consagrado na Reforma republicana de 29 de março de 1911, o ensino primário superior só viria a entrar em funcionamento no ano letivo de 1919-1920, sendo ministro da Instrução Pública Leonardo Coimbra.⁴ As escolas desse grau de ensino – destinadas a alunos com idade mínima de 12 anos (em regime de coeducação) e detentores de diploma do ensino primário complementar – cumpriam, entre outras, uma função normalista—. De facto, não só o curso das escolas primárias superiores (que tinha a duração de três anos) habilitava à matrícula nas Escolas Normais,⁵ como grande parte delas, por força do Decreto n.º 5504, de 5 de maio de 1919, resulta da transformação das “antigas” Escolas Normais primárias (de Lisboa, Porto e Coimbra) e, também, das escolas de habilitação para o magistério primário existentes nas demais capitais de distrito.⁶

¹ Carlos Manique da Silva, “O ensino primário superior em Sintra (1919-1926)”, em *O Homem vale, sobretudo, pela educação* que possui: revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal, org. Joaquim Pintassilgo, Áurea Adão e Carlos Manique da Silva (Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012), 63-78.

² J. Salvado Sampaio, “O Ensino Primário Superior. Contribuição Monográfica”, *Boletim Bibliográfico e Informativo* 12 (1970): 31-64.

³ A esse respeito, merecem especial menção os seguintes estudos: Luiz Carlos Barreira, “Escolas primárias superiores em Portugal: uma política pública voltada para a formação do trabalhador urbano”, *Educação em Foco* 32 (2017): 123-144; Luiz Carlos Barreira, “Educação popular em Portugal: professores em defesa das Escolas Primárias Superiores (Porto, 1925)”, *Educação Unisinos*, (20) 2 (2016): 155-165; J. Matos, A. Rodrigues e R. Candeias, “A formação profissional em escolas primárias e em escolas normais primárias portuguesas (1844-1926)”, *Educação* 42 (2), (2019), 178-188; Virgínia de Ávila e Justino Magalhães, “Da escola distrital de habilitação para o magistério primário à escola de ensino normal de Leira: uma análise a partir das atas do conselho escolar (1899-1919)”, *Cadernos de História da Educação* 21 (2022): 1-19; Carlos Manique da Silva, “Escola Primária Superior Dr. Teixeira de Queiroz Arcos de Valdevez 1920. Relatório”, *Revista História da Educação* (online) 28 (2024): 1-14.

⁴ Durante o mencionado ministério, o ensino primário superior torna-se realidade através dos seguintes diplomas: Decreto n.º 5787-A, de 10 de maio de 1919, que regulamenta as escolas desse grau de ensino; Decreto n.º 5787-B, do mesmo dia e ano, que procedia à reorganização (se quisermos, à reforma) do ensino primário. Acerca da legislação produzida no âmbito do ensino primário superior, entre 1911 e 1926, ver Salvado Sampaio, “O Ensino Primário Superior”.

⁵ Cf. o citado Decreto n.º 5787-A, de 10/05/ 1919, publicado no *Diário do Governo*, n.º 98, de 10/05/ 1919.

⁶ António Nóvoa, “A República e a Escola: Das Intenções Generosas ao Desengano das Realidades”, em *Reformas de Ensino em Portugal. Reforma de 1911 II (I)*, (1989): IX-XXXIV. Salvado Sampaio, “O Ensino Primário Superior”.

Tratando-se de uma intervenção do Estado no sentido do prolongamento da escolaridade obrigatória – o intento é o de criar dinâmicas de integração de populações infantojuvenis –, o ensino primário superior traz consigo uma ideia-chave: a da prossecução de estudos orientada para a economia e os serviços locais, mediante a criação, em cada escola, além de uma secção geral (obrigatória), de uma ou mais secções técnicas (comercial, marítima, industrial, agrícola e doméstica). O que estava em agenda era a concretização do “plano escolar do município pedagógico”.⁷ Dito de outro modo, a escola primária superior garantiria a formação de quadros para a administração local (municipal), além de assegurar um contingente de professores – seria, pois, fator de mudança capaz de influenciar os quadros socioculturais.

O presente artigo é motivado por uma série de interrogações, visando fazer alguma luz sobre o papel desempenhado pelas escolas primárias superiores durante o período em que funcionaram (1919 a 1926). Começarei, no entanto, pelo fim da experiência. Ou seja, pelo momento em que, anunciado o abandono desse setor de ensino, algumas personalidades da elite letrada se manifestam no sentido da permanência do mesmo; clamam, sobretudo, por uma aposta nas secções técnicas. Posteriormente, alicerçado num conjunto de materiais empíricos, vou procurar dar algum contexto às opiniões veiculadas no ocaso do ensino primário superior. Dedicarei, para o efeito, especial atenção à definição da rede escolar desse setor de ensino (1920). Por exemplo, considerando as secções técnicas, a mencionada rede teve em conta as realidades locais? E, tratando-se de uma estratégia de escolarização de populações urbanas, deixou de parte o rural? Por outro lado, na última secção do artigo, intento compreender até que ponto o ensino primário superior aproximou as formações escolar e profissional. Nesse sentido, terá correspondido aos anseios gerais das populações (recetivas à mudança)? Mais, até que ponto foi reprodutivo em termos socioprofissionais? Procurarei responder a essas questões tendo por referência a Escola Primária Superior de Sintra.

“Em Portugal as Escolas [primárias superiores] não correspondem ao fim para que foram criadas”

Dá título a esta secção uma frase da autoria de Irene de Vasconcelos (1896-1988), retirada do artigo “O governo e as escolas primárias superiores”, publicado no periódico *Diário de Lisboa*, de 28 de junho de 1926, quando se encontrava em Paris. A razão de ser da citação é simples, ou seja, resume uma ideia que se foi impondo nos últimos anos da I República e tornada pública por diversos atores, nomeadamente: professores que lecionavam nesse grau de ensino; autarcas; diversas camadas da

⁷ Justino Magalhães, *Da cadeira ao banco. Escola e modernização (séculos XVIII-XX)* (Lisboa: Educa/ Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2010), 301.

população; e, também, gostaria de o sublinhar, personalidades da elite letrada. É, aliás, neste último universo que me irei focar, no sentido de perceber a significação atribuída ao ensino primário superior (os seus fundamentos teóricos), assim como a sua utilidade social. Até ao ano de 1926, o debate oscilará entre a necessidade de reformar o ensino primário superior e a defesa da sua extinção – de resto, para alguns, sem esta última proposição seria impossível operar qualquer mudança; impunha-se, assim, uma “reforma de raiz”.

Interessa-me prosseguir com os comentários que Irene de Vasconcelos foi fazendo no artigo mencionado – o contexto é, justamente, o do fim do ensino primário superior (formalmente extinto em 15 de junho de 1926, pelo Decreto n.º 11730) –, mas não sem antes destacar a personalidade em causa. Note-se que estamos a falar da primeira mulher doutorada em Letras pela Universidade de Sorbonne e de alguém que, na qualidade de jornalista, passou parte da vida no estrangeiro, chegando a ser correspondente de Portugal na Sociedade das Nações.⁸ A sua perspetiva, sempre muito analítica, é manifestada aquando da extinção do ensino primário superior. No essencial, os seus argumentos em prol da existência desse grau de ensino prendem-se com a necessidade de promover uma educação popular mais alargada. No seu entender, o ensino primário superior seria, aliás, o “único refúgio” de que dispunham “as crianças pobres e inteligentes para se elevarem um pouco mais, de forma a poderem, no futuro, aproximar-se das ‘elites’ que dirigem o país”.⁹ Estabelecendo paralelo com o caso francês, Irene de Vasconcelos atribui a medida de encerramento das escolas primárias superiores ao “espírito universitário”; mas, para si, a questão central (alvo da sua discórdia) é a do “receio” de que as ditas escolas “contribuam para diminuir a importância do ensino liceal”.¹⁰ Admitindo manter o ensino liceal na esfera de uma elite, a jornalista defende ao mesmo tempo ser imperioso encontrar uma via de integração educativa de populações juvenis provenientes de camadas populares, que seria concretizada no ensino primário superior (escolarização prolongada). Abraçando uma visão comparada, Irene de Vasconcelos dá exemplos de países que, proveitosamente, apostaram no ensino primário superior, destacando, na Suíça, o Cantão de Vaud. A referência à experiência estrangeira pretende enfatizar uma verdade indiscutível: a de que em Portugal o ensino primário superior não correspondia ao fim para o qual havia sido criado. O artigo termina com veemente condenação política ao governo que decretou o fim do ensino primário superior. Do ponto de vista da jornalista, era urgente

⁸ Isabel Baltazar et al., “Irene de Vasconcelos”, em *Dicionário As Mulheres e a Unidade Europeia* (Lisboa: Assembleia da República, 2021), 383-388.

⁹ *Diário de Lisboa*, 28/06/ 1926.

¹⁰ *Ibidem*.

encarar “de frente o problema da instrução e da educação”, valorizando-se, para o efeito, o ensino infantil e primário e não o secundário e superior.¹¹ Tratava-se de “um caso de vida ou de morte”; de outra forma, não acreditava no ressurgimento do país.¹²

Também António Sérgio (1883-1969) reagiu à extinção do ensino primário superior. Efetivamente, no dia seguinte à publicação do citado Decreto n.º 11730, de 15 de junho de 1926, deu uma entrevista a um periódico (não identificado) que seria registada com o título “As escolas primárias superiores são indispensáveis”.¹³ À partida pode parecer contraditório que António Sérgio defenda a existência de um ensino primário superior em Portugal, quando, no brevíssimo período em que liderou o Ministério da Instrução Pública, extinguiu, precisamente, as escolas desse grau de ensino.¹⁴ Todavia, todo o teor da entrevista é consonante com o seu ideário pedagógico, nomeadamente, quando se tem em conta que o ensino primário superior pressupunha a ligação da escola às atividades produtoras da região onde estava inserida (uma das teses abraçadas por Sérgio), assim como a importância de existirem, na referência à experiência estrangeira, as chamadas escolas de ensaio.¹⁵ Depois de afirmar que tinha suprimido o ensino primário superior para o poder “reformatar de raiz”, António Sérgio expressa particular apreço pelo “ensino de continuação alemão”, no seu entender, “absolutamente indispensável às sociedades modernas”. Do ponto de vista social, o intuito era o de combater o “bacharelismo”, preparando o pessoal médio das profissões usuais: o regente agrícola, o chefe de oficina, o empregado de escritório”. E distingue o ensino primário superior do ensino estritamente técnico, pelo facto de o primeiro prever também uma componente de educação geral. Por fim, preconiza algumas medidas. Desde logo, criar duas escolas primárias superiores de referência, para as quais seria necessário “mandar vir para as secções técnicas pessoal estrangeiro”. Aquilo em que está a pensar é nas escolas dirigidas na Baviera por Kerschensteiner (1854-1932) – escolas às quais subjaz a ideia de que o

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem.

¹³ Consultei o documento no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ministério do Interior, DGAPC, NT-696, Pt. 704, o qual sigo neste passo da narrativa. Também se encontra disponível em:

https://cases.pt/wp-content/uploads/2019/10/a_procura_de_antonio_sergio.pdf

¹⁴ Cf. Decreto n.º 9354, de 7 de janeiro de 1924, publicado no Diário do Governo, n.º 4, de 7 de janeiro de 1924. A medida foi revertida pelo Decreto n.º 10397, de 19 de dezembro de 1924, publicado no Diário de Governo, n.º 282, de 19 de dezembro de 1924. Acresce dizer que, antes dessa reversão, foram publicadas as bases em que deveria assentar a reorganização do ensino primário superior (cf. Decreto n.º 9763, de 04/06/1924, publicado no Diário do Governo, n.º 124, do mesmo dia, mês e ano).

¹⁵ António Nóvoa (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses* (Porto: Edições ASA, 2003), 1294.

trabalho deveria traduzir uma atividade vinculada ao crescimento físico e intelectual da criança —. Posteriormente, ainda segundo Sérgio, importava criar outras escolas e “fazer todo o possível para desviar para elas uma grande parte da juventude que vai para os liceus e não tem dotes intelectuais”. Termina dizendo que “um bom ensino de continuação” — que entendia como devendo fazer parte de uma escolaridade de base, obrigatória —, teria de integrar “qualquer plano de fomento nacional”.

Em 1924 — recorde-se, ano em que é legalmente extinto o ensino primário superior, embora sem grandes consequências práticas até 1926 —, uma personalidade como João de Deus Ramos (1878-1953) profere uma conferência na qual afirma a necessidade de escolas primárias superiores. Sublimando aquilo que entende dever ser o papel do Estado, vê o ensino primário superior “como o principal instrumento de nivelação de cultura”;¹⁶ opinião, como vimos, que será dois anos mais tarde defendida por Irene de Vasconcelos.¹⁷ Nesse sentido, segundo adianta o pedagogo, seria uma incongruência a República abdicar do ensino primário superior. Reconhecendo a existência de inúmeros problemas — dirá mesmo, “os males de que enfermam as nossas escolas primárias superiores têm sido tantos”—,¹⁸ a intervenção de João de Deus Ramos tem particular interesse pelo facto de isentar os docentes desse setor de ensino de qualquer responsabilidade (ênfatisa, de resto, um ponto nuclear, ou seja, a sua competência). Igualmente interessante é o facto de o pedagogo procurar estabelecer os fundamentos do ensino primário superior, diferenciando-o nos seus objetivos (e na sua função social) de outros setores de ensino. A sua teorização parte do seguinte pressuposto: “se a escola primária superior estivesse [...] organizada devidamente, ela seria uma instituição inconfundível”.¹⁹ Admitindo que o ensino secundário deve ser reservado a “indivíduos que possuam uma pronunciada aptidão intelectual”²⁰, pugna pela existência de escolas primárias superiores, com secções técnicas (ou “práticas”), que não sejam mais “do que institutos de cultura preparatória, quer literária quer profissional”;²¹ o sentido é o de garantir conhecimentos que permitam aos alunos, de

¹⁶ João de Deus Ramos, *O Estado mestre-escola e a necessidade das escolas primárias superiores* (Lisboa: Sociedade Editora Portugal-Brasil, 1924), 25.

¹⁷ Aliás, em 1925, um autor como Álvaro Viana de Lemos (1881-1972) deixará idêntica opinião nas páginas do periódico *O Ensino do Povo*, afirmando então a importância da escola primária superior para o equilíbrio cultural de uma democracia. Álvaro Viana de Lemos, “Escolas primárias superiores: trabalhos manuais”, *O Ensino do Povo* 1 (1925): 3-5.

¹⁸ Ramos, *O Estado mestre-escola...*, 24.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ibidem*. Esta ideia é também defendida por Domingos de Figueiredo, ao afirmar que “o ensino de uma profissão é próprio da escola profissional, ao passo que a escola primária superior tem apenas em vista dar à gente nova uma educação

acordo com as “suas qualidades pessoais”, escolherem uma carreira.²² Acresce dizer que, ao contrário de António Sérgio e de Irene de Vasconcelos, João de Deus Ramos não se mostra favorável à adoção, pelo menos estrita, de soluções pedagógicas oriundas do estrangeiro.²³

Em jeito de síntese, julgo valer a pena enunciar alguns pontos de contacto entre o pensamento pedagógico das três personalidades que fui acompanhando. A primeira ideia a reter é a da importância de uma escolaridade de base alargada, que seria concretizada no ensino primário superior. De resto, à luz do pensamento de alguns ideólogos republicanos, só uma escolaridade prolongada permitiria o aperfeiçoamento do ensino cívico.²⁴ No entanto, observa-se também o entendimento de que o ensino primário superior – não obstante ser considerado instrumento de nivelação cultural, muito em sintonia, aliás, com alguns projetos de reformadores franceses do início do século XX, a exemplo de Carnaud e de Buisson –,²⁵ não deveria ter uma “orientação liceal”; o ensino secundário, como vimos, estaria reservado a uma elite. Mais ou menos explícito no pensamento dos intervenientes citados está o pressuposto de que ao ensino primário superior caberia conjugar uma educação geral com uma formação técnica, afastando-se, intui-se, de uma vertente excessivamente “oficinal”. A dicotomia que está aqui em evidência é a seguinte: deverá a escola prolongar a infância (e os seus prazeres) ou preparar para a vida ativa e as suas exigências?

Numa dimensão mais empírica, vou recuar agora ao início do ano de 1920 e tentar perceber que critérios estiveram subjacentes à definição da rede escolar do ensino primário superior. Por exemplo, a mencionada rede teve em conta (pensando nas secções técnicas) as realidades locais? E, tratando-se de uma estratégia de prolongamento da escolarização de populações urbanas – note-se que o diploma do ensino primário superior constituía condição de preferência para acesso a fábricas, oficinas, arsenais...–,²⁶ deixou de parte o rural (destinado a uma escolarização reduzida)? Os elementos que irei

manual e prática preparatória para qualquer profissão” (Domingos Figueiredo, *Ensino Primário Superior* (Barcelos: Livraria Editora Centro de Novidades, 1925), 40.

²² Ramos, *O Estado-mestre escola* ..., 24.

²³ Nóvoa (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, 1153.

²⁴ João de Barros, *A República e a Escola* (Lisboa: Aillaud Bertrand, 1920).

²⁵ Jean-Pierre Briand & Jean-Michel Chapoulie, *Les collèges du peuple. L'enseignement primaire supérieur et le développement de la scolarisation prolongée sous la Troisième République* (Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011).

²⁶ No mesmo sentido, isto é, o do prolongamento da escolarização de populações urbanas, o diploma do ensino primário superior permitia requerer matrícula nas escolas técnicas (na parte em que havia sido concluída a especialização, leia-se,

apurar nas duas próximas secções darão, certamente, mais contexto a algumas das opiniões que foram veiculadas no momento final do ensino primário superior.

Ensaio de caracterização da rede escolar do ensino primário superior: diferenças e pontos de contacto com a rede escolar dos ensinos liceal e técnico

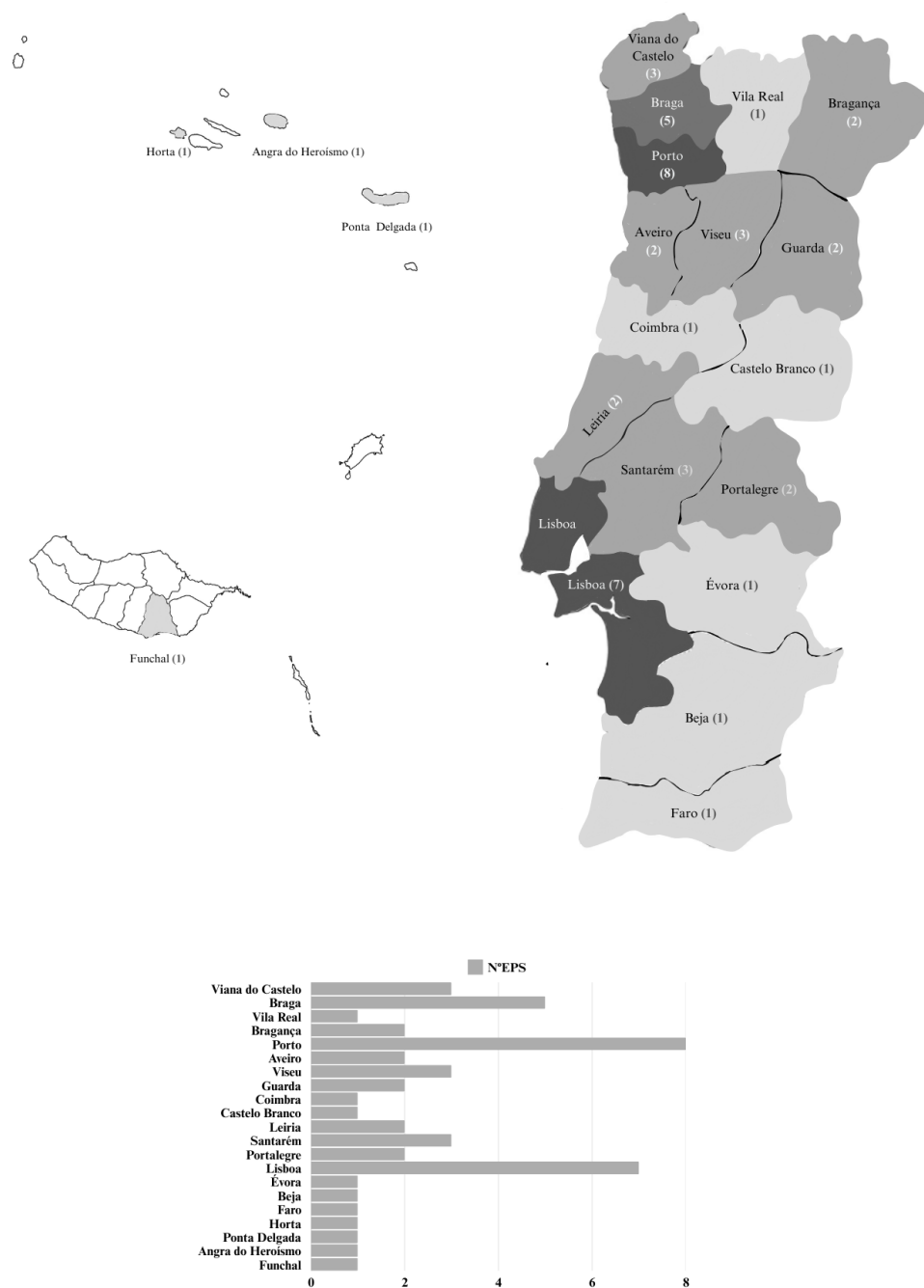
Baseando-se em dados estatísticos oficiais, Salvado Sampaio recenseou o número de escolas primárias superiores no período compreendido entre os anos letivos de 1919/1920 e de 1924/1925.²⁷ A essa luz, sabemos que o número de estabelecimentos de ensino rondou sempre as 50 unidades. Desconhecemos, porém, a sua implantação no país. Fonte de arquivo entretanto localizada no Arquivo Histórico do Ministério da Educação permite identificar todas as escolas primárias superiores existentes no início do mês de fevereiro de 1920, assim como a sua localização no território de Portugal Continental e Ilhas. Trata-se de um inquérito enviado pela Direção-Geral do Ensino Primário e Normal aos diretores das escolas primárias superiores, via telegrama, nos dias 5 e 6 de fevereiro do mencionado ano.²⁸ No essencial, pretendia-se saber a frequência de alunos e se as vistorias aos edifícios tinham sido realizadas para a abertura das escolas.²⁹ Com base nessa informação elaborei o mapa que a seguir se reproduz, o qual merecerá diversas considerações:

secção técnica), assim como concorrer a todos os cargos públicos em que fosse exigida a aprovação no exame final do curso dos liceus (cf. Decreto n.º 5787-A, de 10/05/1919).

²⁷ Salvado Sampaio, “O Ensino Primário Superior”: 50.

²⁸ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Ministério da Instrução Pública, Estatística, 1920 (Cota M.I.P. 8/2974).

²⁹ Cf. Anexo I.



Mapa 1. Rede escolar do ensino primário superior (Continente e Ilhas), no início de fevereiro de 1920.

Fonte: Elaboração própria a partir de Arquivo Histórico do Ministério da Educação (AHME), *Ministério da Instrução Pública, Estatística*, 1920 (Cota M.I.P. 8/2974).

A primeira constatação é a de que em todas as capitais de distrito há uma escola primária superior.³⁰ Não surpreende, se pensarmos que, em larga medida, as escolas primárias superiores resultam da transformação das “antigas” escolas normais primárias e das de habilitação para o magistério primário, sediadas, justamente, nas capitais de distrito. E se tivermos em mente que nos municípios capitais de distrito houve intenso envolvimento no ensino liceal, então também não estranha observarmos alguma sobreposição entre a rede desses estabelecimentos de ensino e a das escolas primárias superiores.³¹ A esse respeito, o confronto dos mapas é bem elucidativo. Por exemplo, é notória uma diferenciação de densidade do número total de escolas (liceus e escolas primárias superiores) que passa pelo eixo transversal de Coimbra.³² É interessante aprofundar essa análise. Efetivamente, mantendo o foco nas escolas primárias superiores, observa-se que mais de metade do total de estabelecimentos de ensino está a norte do distrito de Coimbra (52%). Acresce ser evidente a litoralização, correspondendo à concentração administrativa, comercial e industrial. Veja-se que, no seu conjunto, distritos como Braga, Porto, Aveiro e Viana do Castelo representam 36% da rede escolar do ensino primário superior. No mesmo sentido, a percentagem média de escolas por municípios a norte de Coimbra (incluindo este último) é de 19,5%, ao passo que a sul de Coimbra é de 13,7%.³³ Mais, para esse indicador, o Porto apresenta uma percentagem de 47,1%, muito superior à de Lisboa (26,9%). E, reforçando o que já foi enunciado, Braga surge com uma percentagem de 38,4%. Em clara oposição aos distritos da faixa litoral que vai de Aveiro a Viana do Castelo, no Sul (distritos de Évora, Beja e Faro) e Ilhas a rede escolar é rarefeita. Na verdade, existe apenas escola primária superior (e, também, liceu) nos municípios que são capitais de distrito.

Importa explicar a razão pela qual a mencionada faixa litoral tem a expressão percentual indicada – querendo em alguma medida significar que o rural ficou de parte, pelo menos no entendimento de uma

³⁰ Esta afirmação tem em conta os dados presentes no Anexo II, no qual se indicam o distrito e o concelho de implantação de cada escola.

³¹ Ver o mapa publicado por Justino Magalhães, o qual se reporta à rede de liceus, em 1920. Justino Magalhães, *Do Portugal das Luzes ao Portugal Democrático. Atlas-Repertório dos Municípios na Educação* (Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014).

³² Interessa dizer que houve quatro escolas primárias superiores oficialmente criadas em julho e agosto de 1919 que não estavam abertas na data em que se realizou o inquérito da Direção-Geral do Ensino Primário e Normal, a saber: Figueira da Foz (distrito de Coimbra); Caminha (distrito de Viana do Castelo); Ansião e Pombal (ambas pertencentes ao distrito de Leiria).

³³ Foram mobilizados dados relativos ao número de escolas primárias superiores (Mapa 1) e ao número de municípios em 1919 (cf. Anuário Estatístico de Portugal, 1924, 8).

escolarização primária prolongada.³⁴ A esse propósito, Viana do Castelo é um exemplo paradigmático. Note-se que estamos a falar da povoação mais importante do Alto Minho, com um porto de pesca no qual assentava boa parte da sua atividade económica. Na sua maioria, a população dedicava-se à pesca, aos trabalhos artesanais e marítimos, mas também ao comércio – o grupo social dominante era, aliás, constituído por uma burguesia associada a esta última atividade –, sem esquecer, na zona rural (mais no interior), trabalhadores ligados ao setor primário.³⁵ Nota importante é a de que, desde 1888, existia na referida cidade ensino técnico (curso industrial). Durante a I República, nomeadamente, a partir de 1914, passou também a haver curso comercial; nesse período histórico, o curso industrial teve maior número de matrículas do que o curso comercial, na sua maioria filhos de trabalhadores marítimos.³⁶

À luz do referido, não surpreende que nas capitais de distrito com maior concentração urbana, particularmente no litoral Norte, a malha escolar se diversifique: ensino primário superior, ensino técnico e ensino liceal. Em 1918, tal só não acontecia nas seguintes capitais de distrito do Continente, as quais não possuíam, concomitantemente, a referida oferta escolar: Beja, Bragança e Santarém.³⁷ Mas há, evidentemente, diferenças a assinalar. Com efeito, referi existir alguma sobreposição de redes: ensino liceal e ensino primário superior. Todavia, este último tem expressão em sedes de concelho que não são capitais de distrito. Para o efeito, bastaria citar Guimarães, Arcos de Valdevez, Gouveia, Caldas da Rainha, Elvas, Penafiel entre vários outros exemplos.³⁸ Sem embargo, na letra do Decreto n.º 7802, de 14 de novembro de 1921, exara-se uma crítica à definição da rede das escolas primárias superiores,

³⁴ Em contraponto, José António Afonso, mesmo assumindo “assimetrias [geográficas] no processo de republicanização do país”, não deixa de pôr evidência os esforços dos republicanos na consolidação da rede pública de escolas primárias elementares. José António Afonso, *Escolas rurais na 1.ª República Portuguesa (1910-1926): discursos e representações sobre a periferia* (Santo Tirso, Whitebooks: 2016), 41.

³⁵ Rodrigo Azevedo, “Ensino Liceal ou Ensino Técnico? Estratégias socioeducativas dos pais vianenses (1888-1947)”, *Sarmiento. Revista Galego-Portuguesa de Historia da Educación* no.28 (2024): 142-179.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ Cf. Anexo II e Decreto n.º 5029, de 01/12/1918 (Reforma do Ensino Técnico de Azevedo Nunes). As referidas capitais de distrito não possuíam ensino técnico.

³⁸ Cf. Anexo II.

sendo muito de notar que centros industriais como a Covilhã e Manteigas, por exemplo, não disponham de nenhum estabelecimento deste género, ao passo que pequenas vilas, perto de grandes centros de cultura, com escassa população escolar, tenham sido dotadas de escolas primárias superiores.³⁹

Por outro lado, apesar de a rede de ensino técnico obedecer a um *enraizamento* diferente, pautado pela Reforma de Azevedo Nunes, de 1 de dezembro 1918⁴⁰, a verdade é que parece ter havido, em concelhos onde também existia oferta de ensino primário superior, e refiro-me agora às capitais de distrito, alguma clivagem no sentido da secundarização deste último. A passagem que a seguir transcrevo é elucidativa. Trata-se de uma carta enviada pela Direção-Geral do Ensino Comercial e Industrial ao Ministro da Instrução Pública, em 26 de setembro de 1924, quando se aproxima já o ocaso do ensino primário superior, solicitando que se troquem os edifícios das Escolas Primárias Superiores de Aveiro e de Bragança pelos que ocupam as escolas técnicas.

Não ignora V.^a Ex.^a que as escolas de ensino técnico dependentes deste Ministério [do Comércio e Comunicações] têm uma população escolar muito maior do que as das Escolas Primárias Superiores *das mesmas localidades* [...] No caso de V.^a Ex.^a resolver que as Escolas Primárias Superiores continuem nessas cidades [Aveiro e Bragança] que se efetue a troca dos edifícios entre elas e as escolas técnicas, visto que *os que estas ocupam bastam bem para instalações de escolas daquela natureza*.⁴¹

Regresso à rede das escolas primárias superiores para afirmar o seguinte. É certo que os municípios exploraram a possibilidade de criar escolas desse grau de ensino, nomeadamente em localidades mais urbanizadas e com maior concentração administrativa, comercial e industrial. O intuito era o de aproximar a formação escolar da formação profissional – daí a relevância das secções técnicas. Porém, tais secções, salvo honrosas experiências (em Lisboa e no Porto), não chegaram a sair do diploma.⁴² Não foi o caso do ensino técnico. De facto, em dezembro de 1918, havia no Continente português 42 estabelecimentos de ensino comercial e industrial.⁴³ O último, nomeadamente, as escolas de artes e ofícios, com particular expressão fora das capitais de distrito (11 escolas), geograficamente mais disseminado e enraizado no tecido produtivo; considerado, de resto, “o

³⁹ Decreto n.º 7802, de 14/11/1921, publicado no Diário de Governo, n.º 228, de 14/11/1921.

⁴⁰ Luís Alberto Marques Alves et al., *Ensino Técnico (1756-1973)* (Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 2009).

⁴¹ AHME, Cx. 3912, processo 40; itálicos meus.

⁴² Por exemplo, em 1924, na Escola Primária Superior de Leiria, foi criada uma secção comercial, funcionando apenas com duas alunas! Cf. Arquivo Distrital de Leiria, Correspondência expedida, Ministério da Instrução Pública, n.º 510, 03/12/1923.

⁴³ Cf. Decreto n.º 7802, de 14/11/1921, publicado no Diário de Governo, n.º 228, de 14/11/1921.

expoente máximo do ensino técnico, capacitando operários e trabalhadores para as indústrias”.⁴⁴ Cite-se, tão-só, a existência de escolas de artes e ofícios em Caldas da Rainha, Lagos, Covilhã, Viana do Alentejo, Peniche e Tomar.⁴⁵ A ligação à sociedade (se quisermos, à indústria dominante da localidade) é bem ilustrada na referência à Escola Jácome Ratton (Tomar). Com efeito, em finais de Oitocentos, começou por ser uma escola de desenho industrial, sendo mais tarde, entre 1919 e 1924, uma escola de artes e ofícios, na área da carpintaria e serralharia de carruagens, evoluindo para escola industrial e comercial e consagrando o patrono a partir do último ano referido.⁴⁶

Nesta fase da investigação, perante a ausência de estudos monográficos que o contradigam, julgo poder afirmar que não houve concertação entre a ação das escolas primárias superiores e a das escolas de ensino técnico.⁴⁷ Recordo que a obtenção do diploma das primeiras habilitava ao ingresso nas segundas. Mas, a inexistência de secções técnicas no ensino primário superior – situação que, como vimos, motivou intervenções críticas por parte de elementos da elite letrada –, terá inviabilizado essa via de prossecução de estudos. Por outro lado, verificámos ter existido algum contencioso entre os dois setores de ensino (tutelados, de resto, por ministérios diferentes). Por fim, interessa ter presente que, fora das capitais de distrito, houve apenas quatro sedes de concelho com oferta simultânea de ensino primário superior e de ensino técnico (e apenas industrial), a saber: Tomar, Caldas da Rainha, Vila Nova de Gaia e Guimarães.⁴⁸ No fundo, em comum, os citados setores de ensino traduzem a aceitação do sistema económico capitalista, no sentido em que a escola primária superior (com as suas secções técnicas) e a escola técnica teriam um papel decisivo na formação de mão de obra qualificada. Mas, só lentamente a escola (como fator de mudança) terá impregnado os quadros socioculturais. Certo é também que os republicanos não estavam conscientes da debilidade

⁴⁴ Magalhães, *Da cadeira ao banco*, 21.

⁴⁵ Cf. Decreto n.º 5029, de 01/12/1918, publicado no *Diário do Governo*, n.º 263, de 05/12/1918.

⁴⁶ Leonel Vicente, *Jácome Ratton, 140 anos de vivências, da escola e da cidade* (Tomar: Município de Tomar, 2024).

⁴⁷ Seria interessante perceber se a Associação de Professores das Escolas Industriais e Comerciais, criada no quadro da Reforma de Azevedo Nunes, e afirmando-se como interlocutor privilegiado nos setores económico e educativo, contrariou, em alguma medida, a minha assunção. Ainda a propósito, veja-se que as bases em que deveria assentar a reorganização do ensino primário superior (Decreto n.º 9763, de 04/06/1924), determinam a proibição de abrir secções técnicas em distritos em que houvesse oferta de cursos técnicos em escolas profissionais – a ideia era a de evitar duplicação de cursos, com o que isso implicava de mobilização de recursos humanos e materiais. Tal Decreto foi inconsequente, por ter sido suspenso pelo Decreto n.º 10397, de 19/12/1924.

⁴⁸ Cf. Anexo II e Decreto n.º 5029, de 01/12/1918, publicado no *Diário do Governo*, n.º 263, de 05/12/1918.

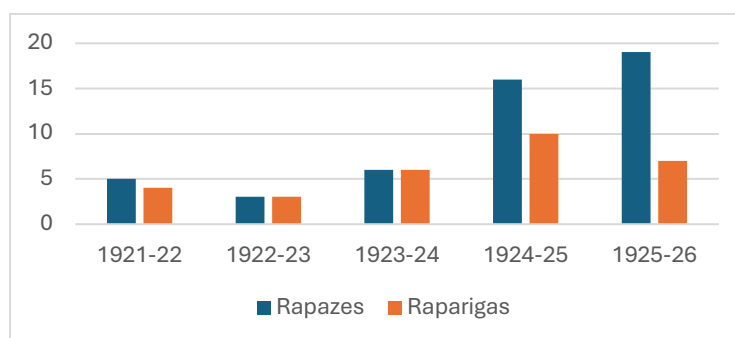
Assumo alguma reserva, pelo facto de os dados disponíveis não serem cronologicamente coincidentes: 1918 (ensino técnico); 1920 (ensino primário superior).

do quadro urbano. Tendo em conta essa ideia, uma das questões que se podem colocar é a de saber em que medida o ensino primário superior foi capaz de aproximar a formação escolar da formação profissional. E terá sido reprodutivo em termos socioprofissionais? Questões abrangentes às quais vou procurar dar resposta na próxima secção.

A experiência do ensino primário superior em Sintra: rastreando percursos profissionais

Na sequência do que foi sendo afirmado, é minha intenção seguir agora a trajetória profissional de alguns alunos diplomados pela Escola Primária Superior de Sintra. Essa pesquisa tem, à partida, alguns limites. Efetivamente, basta pensar que a Escola em causa, no período em que funcionou, teve pouco mais de 100 alunos matriculados e terá diplomado cerca de duas dezenas.⁴⁹ Não obstante, trata-se de considerar uma experiência educativa contextualizada, isto é, que decorreu entre 1919 e 1926 na sede de um concelho periurbano, com ligação ferroviária à capital (situada a cerca de três dezenas de quilómetros) desde o final do século XIX. Note-se, também, que a Escola Primária Superior de Sintra não resultou da transformação de uma “antiga” escola normal ou de habilitação ao magistério primário. Por outro lado, é evidente o apoio incondicional da autarquia no sentido de promover o ensino primário superior, considerado “um melhoramento da mais flagrante e imperiosa necessidade para os povos do concelho de Sintra”.⁵⁰

O primeiro passo a dar é o de analisar o número de alunos matriculados na instituição em causa (não existindo dados, porém, para os anos letivos de 1919-1920 e 1920-1921).



Documento 1. Número de alunos matriculados, por género, na Escola Primária Superior de Sintra (1921-1922 a 1925-1926).

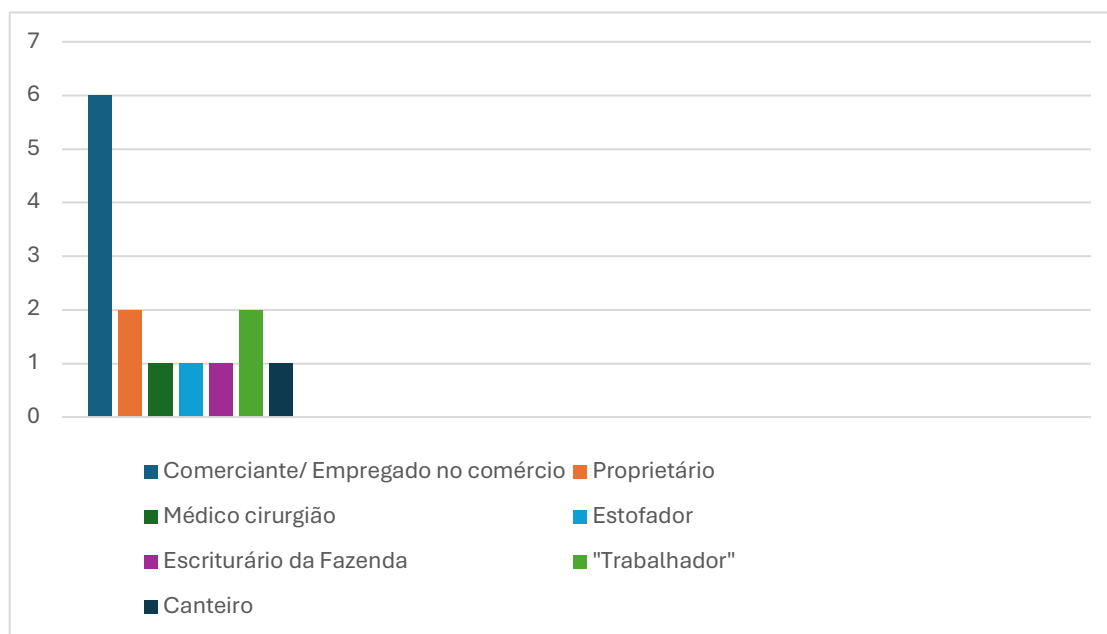
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Sintra, *Livro de Matrículas dos Alunos da Escola Primária Superior de Sintra* (06/10/1921 – 09/10/1925).

⁴⁹ Silva, “O ensino primário superior em Sintra (1919-1926)”: 75.

⁵⁰ Arquivo Histórico Municipal de Sintra (AHMS), Atas da Câmara Municipal de Sintra, Livro 25, sessão de 20/08/1919, fl. 136 v.

É notória a dificuldade de expansão do ensino primário superior num momento inicial, tanto mais compreensível pelo facto de a Escola Primária Superior de Sintra ter sido criada *ab initio*. A situação começa a alterar-se a partir do ano letivo de 1923-1924, observando-se, de resto, um ciclo de crescimento até ao epílogo do ensino primário superior. Por outro lado, como comentário ao *Documento 1*, impõe-se ainda sublinhar que a população estudantil masculina é quase sempre superior à feminina (excetuam-se os anos letivos de 1922-1923 e de 1923-1924, quando se igualam em valor absoluto); tendência que se acentua nos dois últimos anos letivos. Ora, esses dados apresentam-se em sentido contrário à evolução registada a nível nacional. Por exemplo, as inscrições atingem o seu máximo no ano letivo de 1920-1921, decrescendo a partir daí todos os anos; algo associado à pré-existência de escolas de habilitação ao magistério primário (precisamente extintas em 1919).⁵¹

Vejamos, agora, a origem social dos alunos que solicitaram admissão à Escola Primária Superior de Sintra, em 1920 (único ano para o qual existem dados).



Documento 2. Profissão dos pais dos alunos que solicitaram admissão à Escola Primária Superior de Sintra, em 1920.

Fonte: AHMS, *Processos de admissão à Escola Primária Superior de Sintra* (1920).

No essencial, duas ideias a reter. Em primeiro lugar, em 1920, a Escola (a simples oferta) cria a expectativa de poder dar resposta letrada aos anseios de uma camada social da comunidade, particularmente ligada ao sector do comércio (economia emergente). Em segundo lugar, a instituição educativa não é sentida como uma necessidade pelas camadas da população socialmente mais

⁵¹ Salvado Sampaio, "O Ensino Primário Superior": 50.

desfavorecidas.⁵² Neste caso, a razão subjacente, apontada na imprensa local, prende-se com o fosso existente entre o ensino primário geral e o ensino primário superior. Na verdade, no último, como referia um articulista, não havendo componente prática, os alunos eram sobrecarregados com “elevadíssimo número de disciplinas”; dificultava-se, assim, a tarefa das “crianças recém-vindas da escola primária e, por consequência, sem a preparação intelectual para as compreender”.⁵³ Opinião secundada por outro articulista, ao afirmar que as escolas primárias superiores não haviam sido “criadas para fazer literatos, mas sim para habilitar para a vida prática”.⁵⁴ Nesse sentido, propunha que na Escola se instalasse “uma aula de desenho industrial, um laboratório, uma biblioteca, uma oficina de modelação, um simulacro de escritório comercial”.⁵⁵ Percebe-se, assim, que a formação escolar não se ajustava à formação profissional, se preferirmos, às necessidades locais de produção.⁵⁶

Por outro lado, interessa dizer que os portadores do título escolar optam, na sua maioria, pelo prosseguimento dos estudos. E não surpreende que essa decisão seja claramente influenciada pelas hipóteses previstas na legislação do ensino primário superior. Isto é, encontramos diplomados que prosseguem estudos nas escolas normais, nas escolas comerciais e nos liceus. Por exemplo, em relação à primeira situação, cite-se o caso de Virgínia Rodrigues, que concluiu o curso da Escola Normal Primária de Lisboa, corria o mês de julho de 1926.⁵⁷ Paradigmático é o percurso de Fernando Casimiro Pereira da Silva, natural de Rio Maior e filho de um comerciante local. Com efeito, depois de terminar o ensino primário superior em Sintra (1922), ingressa na Escola Comercial Municipal de Rio Maior, frequentando posteriormente o Liceu Sá da Bandeira, em Santarém, no qual termina o 7.º ano. Obteria, ainda, o diploma do curso do magistério primário da respetiva Escola de Lisboa.⁵⁸ Interessa, de igual modo, salientar o percurso de José de Oliveira Bóleo. Na verdade, após frequentar com êxito o ensino primário superior em Sintra (1922), concluiu, na respetiva ordem, os estudos liceais e o curso da Escola Normal Primária de Lisboa, chegando a professor da Faculdade de Letras da Universidade de

⁵² Importa notar que, em 1920, a taxa de analfabetismo em Portugal se cifrava nos 66%. António Nóvoa, Evidentemente. Histórias da Educação (Porto: ASA, 2005), 59.

⁵³ O Despertar, 07/08/1926, p. 2.

⁵⁴ Ibidem, 22/05/1926, s.p.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ Veja-se que alguns articulistas chegam mesmo a postular a transformação das escolas primárias superiores em escolas industriais (cf., por exemplo, Sintra Regional, 26/06/1926).

⁵⁷ Silva, “O ensino primário superior (1919-1926)”, 176-178.

⁵⁸ Ibidem.

Lisboa.⁵⁹ Desconheço, porém, o percurso escolar de outros diplomados cuja inserção profissional consegui identificar, a exemplo do brigadeiro Luís Cândio Martins, do juiz Guilherme Lourenço Pinheiro ou do empresário de cinema Américo Dias Ferreira.⁶⁰ Em alguns dos casos que fui citando, a obtenção do diploma funcionou como trampolim para uma formação escolar que se estendeu ao ensino superior. Importa também enfatizar que, sem a oferta de uma formação técnica e profissional, o título escolar não teve influência decisiva no emprego na administração local. Ainda assim, essa influência foi visível em alguns casos. Falo, por exemplo, de José Alfredo da Costa Azevedo, que nos anos de 1950 exercerá funções no tribunal de Sintra, e de Consiglieri Martins, ligado aos serviços de turismo do município.⁶¹

Num certo sentido, a Escola Primária Superior de Sintra foi reprodutora da hierarquia social. Digo isto pelo facto de não ter sido capaz de chamar a si as camadas mais desfavorecidas da população. Mas, ao mesmo tempo, acabou por promover mobilidade social, sobretudo quando se tem em conta o percurso escolar dos filhos da burguesia associada ao setor do comércio, de que será paradigma o referido brigadeiro Luís Cândio Martins.

Considerações finais

Num país rural, pobre, com elevadas taxas de analfabetismo e conturbado pela passagem para um Estado republicano e laico⁶², o ensino primário superior representa uma tentativa de democratização do ensino – de “nivelação cultural”, para usar uma expressão coeva. Do que se tratava era de promover a integração educativa de populações juvenis provenientes de camadas populares, sobretudo em meio urbano, tendo em particular apreço a orientação e aconselhamento da carreira. De resto, a litoralização observada na definição da rede escolar, particularmente visível a norte do distrito de Coimbra, corresponde à concentração administrativa, comercial e industrial. Não se pode dizer, verdadeiramente, que estamos perante uma assimetria na republicanização do país. De facto, o intento era o de uma escolarização prolongada em zonas mais urbanizadas e industrializadas. Mas, entre outros impedimentos, o projeto foi condicionado pela debilidade do quadro urbano. Com efeito, estamos perante sociedades em mudança, mas que são ainda marcadamente rurais, nelas se cruzando as funções cultural e pré-profissional da escola; algo que explica, em certa medida, o divórcio

⁵⁹ Sobre esta personalidade ver Nóvoa (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*,

⁶⁰ Silva, “O ensino primário superior em Sintra (1919-1926)”: 76 e AHMS, Ofício dirigido ao Administrador do Concelho de Sintra, proveniente da Empresa Sintra Cinema, 11/12/1933.

⁶¹ Silva, “O ensino primário superior em Sintra (1919-1926)”: 76.

⁶² Afonso, *Escolas rurais*.

existente entre formação escolar e formação profissional. Não obstante, e salvo melhor avaliação, baseada, necessariamente, em estudos monográficos, os municípios deram alguma resposta letrada às sociedades locais (ávidas de mudança), sobretudo através das disciplinas facultadas: Francês, Inglês, Noções práticas de Higiene e Puericultura, Modelação e Desenho... Mais, como vimos na referência à Escola Primária Superior de Sintra, não só os alunos diplomados não se circunscreveram ao local, como também terá havido algum afastamento desses institutos em relação às camadas mais pobres da sociedade – em boa medida, esta última via de democratização do ensino acabou por não se cumprir.

Referências

- Afonso, José António. *Escolas rurais na 1.ª República Portuguesa (1910-1926): discursos e representações sobre a periferia*. Santo Tirso: Whitebooks, 2016.
- Alves, Luís Alberto Marques *et al.* *Ensino Técnico (1756-1973)*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 2009.
- Ávila, Virgínia de & Magalhães, Justino. “Da escola distrital de habilitação para o magistério primário à escola de ensino normal de Leira: uma análise a partir das atas do conselho escolar (1899-1919)”. *Cadernos de História da Educação* 21 (2022): 1-19.
- Azevedo, Rodrigo. “Ensino Liceal ou Ensino Técnico? Estratégias socioeducativas dos pais vianenses (1888-1947)”. *Sarmiento* 28 (2024): 142-179.
- Baltazar, Isabel *et al.* “Irene de Vasconcelos”. Em *Dicionário As Mulheres e a Unidade Europeia*, coord. Isabel Baltazar, Alice Cunha e Isabel Lousada. Lisboa: Assembleia da República, 2021: 383-388.
- Barreira, Luiz Carlos. “Escolas primárias superiores em Portugal: uma política pública voltada para a formação do trabalhador urbano”. *Educação em Foco* 32 (2017): 123-144.
- Barreira, Luiz Carlos (2016). “Educação popular em Portugal: professores em defesa das Escolas Primárias Superiores (Porto, 1925)”. *Educação Unisinos* 20, nº 2 (2016): 155-165.
- Barros, João de. *A República e a Escola*. Lisboa: Aillaud Bertrand, 1920.
- Briand, Jean-Pierre & Chapoulie, Jean-Michel. *Les collèges du peuple. L'enseignement primaire supérieur et le développement de la scolarisation prolongée sous la Troisième République*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011.
- Figueiredo, Domingos de. *Ensino primário superior (breves notas)*. Barcelos: Livraria Editora Centro de Novidades, 1925.
- Lemos, Álvaro Viana de. “Escolas primárias superiores: trabalhos manuais”. *O Ensino do Povo* 1 (1925): 3-5.

- Magalhães, Justino. *Do Portugal das Luzes ao Portugal Democrático. Atlas-Repertório dos Municípios na Educação*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014.
- Magalhães, Justino. *Da cadeira ao banco. Escola e modernização (séculos XVIII-XX)*. Lisboa: Educa/ Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2010.
- Matos, J.; Rodrigues, A.; Candeias, R. “A formação profissional em escolas primárias e em escolas normais primárias portuguesas (1844-1926)”. *Educação* 42, nº 2 (2019): 178-188.
- Nóvoa, António. “A República e a Escola: Das Intenções Generosas ao Desengano das Realidades”. Em *Reformas de Ensino em Portugal. Reforma de 1911*. Lisboa: IIE, 1989, I (II), IX-XXXIV.
- Nóvoa, António (dir). *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Edições ASA, 2003.
- Nóvoa, António. *Evidentemente. Histórias da Educação*. Porto: Edições ASA, 2005.
- Ramos, João de Deus. *O Estado mestre-escola e a necessidade das escolas primárias superiores*. Lisboa: Sociedade Editorial Portugal-Brasil, 1924.
- Sampaio, J. S. (1970). “O Ensino Primário Superior. Contribuição Monográfica”. *Boletim Bibliográfico e Informativo* 12 (1970) 31-64.
- Silva, Carlos Manique da. “O ensino primário superior em Sintra (1919-1926)”. Em *O Homem vale, sobretudo, pela educação que possui: revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal*, orgs. Joaquim Pintassilgo, Áurea Adão e Carlos Manique da Silva. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012, 63-78.
- Silva, Carlos Manique da. “Escola Primária Superior Dr. Teixeira de Queiroz Arcos de Valdevez 1920. Relatório. *Revista História da Educação (online)* 28 (2024): 1-14.
- Vicente, Leonel. *Jácome Ratton, 140 anos de vivências, da escola e da cidade*. Tomar: Município de Tomar, 2024.

Anexo I

Frequência de alunos, data de abertura e diretores das escolas primárias superiores, início de fevereiro de 1920.

Escola Primária Superior	Frequência de alunos (início de fevereiro de 1920)	Data de abertura	Diretor
“Adolfo Coelho” (Lisboa); transformação da escola de ensino normal	102	16/10/1919	Aníbal Passos
“António Nobre” (Porto)	112	a)	João Baptista da Silva Guimarães
“D. António da Costa” (Lisboa)	141	03/11/1919	António Augusto
“Dr. Pessoa Ferreira” (Mangualde)	44 (23 do sexo masculino)	20/12/1919	Bernardo José da Costa Amaral
“João de Deus”	53	10/11/1919	Augusto Luís Zilhão
“Ribeiro Sanches” (Lisboa)	83	13/11/1919	Boaventura José Dias Garção
Abrantes	72	08/01/1920	António Maria Dias Milheiro
Aldeia Galega	36	22/12/1919	a)
Almada	26	14/01/1920	a)
Amarante	48	03/11/1919 (abertura solene)	Mário Monterrozo
Angra do Heroísmo	29	a)	a)
Arcos de Valdevez	42	24/10/1919	Álvaro de Brito Rocha de Aguiar
Aveiro	60	a)	José Casimiro da Silva
Barcelos	71 (34 do sexo masculino)	17/10/1919	Domingos de Figueiredo
Beja	70	a)	a)

Braga	100 (matriculados)	a)	Amaro José Oliveira
Bragança	72	a)	Olímpio Dias
Caldas da Rainha	48	01/11/1919	Manuel José António
Castelo Branco	135	a)	a)
Coimbra	126 (matriculados)	a)	a)
Elvas	46	01/12/1919	a)
Évora	57 (39 do sexo feminino)	a)	a)
Fafe	61	23/10/1919	a)
Faro	132 (94 do sexo feminino)	a)	Francisco Fernando Lopes
Funchal	65	a)	a)
Gaia	50	02/12/1919	Bernardo Lucas
Gouveia	53 (29 do sexo feminino)	17/12/1919	a)
Guarda	115	a)	a)
Guimarães	40	04/11/1919	Florêncio Couto
Horta	27	a)	a)
Instituto do Professorado Primário (Lx)	27	a)	a)
Lamego	87	24/12/1919	Jaime Correia
Leiria	29	a)	Luís Oliveira
Matosinhos	59	02/12/1919	a)
Mirandela	38	16/01/1920	a)
Ovar	a)	Finais de outubro de 1919	Domingos Lopes Fidalgo
Penafiel	29	19/12/1919	Joaquim de Araújo Costa
Ponta Delgada	79	a)	a)
Ponte de Lima	75	28/10/1919	a)

Portalegre	60 (fonte indica que os alunos do 2.º e do 3.º anos da antiga escola normal são 39 e 54, respetivamente)	a)	a)
Porto (Júlio Dinis) resulta da transformação da Escola de ensino Normal	178	a)	Francisco Braga
Póvoa de Varzim	43	01/11/1919	a)
Santarém	70	20/10/1919	Joaquim José Nicolau Júnior
Santo Tirso	56 (20 do sexo feminino)	07/01/1920	Arnaldo Baptista Coelho
Sintra	47	04/12/1919	António Joaquim das Neves
Tomar	60	15/12/1919	José Tamagnini
Viana do Castelo	48	a)	Cláudio Basto
Vila Real	111	a)	Fausto Ribeiro
Vila Verde	34	12/11/1919	Francisco Aleixo?
Viseu	101?	a)	a)

Fonte: Arquivo Histórico do Ministério da Educação, *Ministério da Instrução Pública, Estatística*, 1920 (Cota M.I.P. 8/2974).

a) A fonte não indica.

Anexo II

Número de Escolas Primárias Superiores (por distrito e concelho), início de fevereiro de 1920

Distrito	Concelho
Lisboa (7)	Sintra Lisboa (4) Almada Alenquer
Porto (8)	Porto (2) Amarante Vila Nova de Gaia Matosinhos Penafiel Póvoa de Varzim Santo Tirso
Santarém (3)	Santarém Abrantes Tomar
Angra do Heroísmo	Angra do Heroísmo
Aveiro (2)	Aveiro Ovar
Beja	Beja
Braga (5)	Braga Vila Verde Guimarães Barcelos Fafe

Bragança (2)	Bragança Mirandela
Castelo Branco	Castelo Branco
Coimbra	Coimbra
Évora	Évora
Faro	Faro
Funchal	Funchal
Guarda (2)	Guarda Gouveia
Horta	Horta
Leiria (2)	Leiria Caldas da Rainha
Ponta Delgada	Ponta Delgada
Portalegre (2)	Portalegre Elvas
Viana do Castelo (3)	Viana do Castelo Ponte de Lima Arcos de Valdevez
Vila Real	Vila Real
Viseu (3)	Viseu Mangualde Lamego

Fonte: Elaboração própria a partir de Arquivo Histórico do Ministério da Educação, *Ministério da Instrução Pública, Estatística*, 1920 (Cota M.I.P. 8/2974).